

APMP HISTÓRICA

O valor do Promotor de Justiça



Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público
Gestão 2017/2018 - EDIÇÃO EXTRA - Nº 3 - Julho de 2018

Apoio às iniciativas da classe e da Instituição

Além de cumprir sua função como entidade de classe, em defesa dos direitos e prerrogativas dos membros do Ministério Público, a APMP sempre buscou, em seus 80 anos de história e luta, dar apoio às iniciativas dos promotores e procuradores de Justiça e da própria Instituição. Exemplo maior é o dos Grupos de Estudos, criados no fim da década de 1960, que ganharam impulso a partir do patrocínio da Associação. Os Seminários Jurídicos dos referidos grupos são realizados anualmente, desde 1973, com organização e suporte da APMP. A Associação também cedeu, em 1988, o primeiro espaço para abrigar o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público (Ceaf/ESMP), com o qual ainda mantém parceria para a viabilização de projetos, eventos e publicações.

APMP abriu espaço para mulheres em cargos diretivos há 43 anos

Páginas 4 e 5



Foto: Acervo/APMP

LÍDERES PAULISTAS – A APMP participou ativamente da criação da Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público (Caemp), em 1971, depois rebatizada como Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Dois líderes paulistas foram cruciais para isso: Oscar Xavier de Freitas [1º tesoureiro da APMP entre 1957 e 1970], procurador-geral de Justiça de São Paulo na época e escolhido primeiro presidente da Conamp [exercendo as duas funções entre 1971 e 1975]; e Ronaldo Porto Macedo, presidente da APMP no biênio 1971-1972 [que havia sido também, na Associação, 2º vice-presidente, entre 1967 e 1968]. Na foto acima, da abertura do 1º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado pela APMP e pela Conamp em São Paulo naquele mesmo ano de 1971, aparecem à frente, a partir da esquerda, Ronaldo Porto Macedo e Helena Nelson Macedo, sua esposa; Moacyr César de Almeida Bicudo (1906-1933), desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e ex-membro do Ministério Público de São Paulo (MPSP); José Augusto César Salgado (1894-1979), procurador de Justiça aposentado, primeiro presidente da APMP e ex-PGJ; e Oscar Xavier de Freitas. Falecido recentemente, em maio de 2018, Oscar Xavier de Freitas nasceu em 1924. Ronaldo Porto Macedo, por sua vez, nasceu em 1934 e faleceu em 1981.



APMP HISTÓRICA - O valor do Promotor de Justiça
Nº 3 - Julho de 2018

PAUTA, SUPERVISÃO E APROVAÇÃO
Diretoria da APMP

PRODUÇÃO
Assessoria de Imprensa e
Departamento de Publicações

APOIO
Departamentos de Audiovisual
e de Informática

DIRETORES DO DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Aluísio Antonio Maciel Neto
José Carlos de Oliveira Sampaio
José Fernando Cecchi Junior
Rolando Maria da Luz

JORNALISTA RESPONSÁVEL E EDITOR
Marcos Palhares (MTb: CE 01144 JP)

PESQUISA, ENTREVISTAS E TEXTOS
Dora Estevam e Marcos Palhares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Marcelo Soares

REVISÃO
Marina Gimenez Parra
ASSESSORIA DE IMPRENSA
Dora Estevam, Marcos Palhares e Paula Dutra

APMP - GESTÃO 2017/2018

PRESIDENTE

José Oswaldo Molineiro

1º VICE-PRESIDENTE

Francisco Antonio Gnipper Cirillo

2º VICE-PRESIDENTE

Gabriel Bittencourt Perez

1º SECRETÁRIO

Paulo Penteado Teixeira Junior

2º SECRETÁRIO

Tiago de Toledo Rodrigues

1º TESOUREIRO

Renato Kim Barbosa

2º TESOUREIRO

Fabiola Moran Faloppa

DIRETORA DE APOSENTADOS

Cyrdemia da Gama Botto

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

André Pascoal da Silva

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Paula Castanheira Lamenza

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Salmo Mohmari dos Santos Junior

CONSELHO FISCAL

Antonio Bandeira Neto

Enilson David Komono

Pedro Eduardo de Camargo Elias

(titulares)

Daniel Leme de Arruda

Fabiana Dal'Mas Rocha Paes

Paulo Juricic

(suplentes)

Associação Paulista do Ministério Público
Rua Riachuelo, nº 115, 11º andar - Centro
São Paulo (SP) - CEP 01007-904.
Telefone: (11) 3188-6464
www.apmp.com.br

ASSOCIAÇÃO IMPULSIONA AÇÕES DA CLASSE E DA INSTITUIÇÃO

Em seus 80 anos de história e luta, a APMP sempre apoiou e impulsionou iniciativas da classe e do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Os Grupos de Estudos, espaço onde surgem e são debatidos os grandes temas da Instituição, foram uma das iniciativas voluntárias dos promotores de Justiça que ganharam o patrocínio da Associação, bem como os Seminários Jurídicos, que discutem suas teses e que há 45 anos são organizados e realizados pela entidade de classe.

No âmbito do MPSP, a APMP cedeu o primeiro espaço para a Escola Superior, centro de formação dos promotores e procuradores de Justiça, com a qual ainda

mantém parceria institucional para a viabilização de vários projetos, eventos e publicações.

Foi a APMP, também, que abriu espaço para as mulheres em cargos diretivos, há mais de quatro décadas. Recentemente, a entidade de classe inovou ao criar a APMP Mulher, em defesa da igualdade de gênero e de ações propositivas. Tudo isso e muito mais está registrado em mais essa edição de "APMP HISTÓRICA". Boa leitura!



JOSÉ OSWALDO MOLINEIRO
Presidente da Associação
Paulista do Ministério Público

CSMP aprova elogio ao boletim

No dia 8 de maio de 2018, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) aprovou um elogio à primeira edição do boletim "APMP Histórica - O valor do Promotor de Justiça", que integra o projeto "80 anos" da entidade de classe. A iniciativa do elogio foi do conselheiro José Roberto Rochel de Oliveira, que afirmou na ocasião: "Cumprimento a Associação Paulista do Ministério Público pela publicação da 'APMP Histórica' e pelos seus 80 anos. Na pessoa do presidente José Oswaldo Molineiro, gostaria de externar esses cumprimentos

e agradecimentos, porque o boletim informativo é de excelente qualidade, dando destaque às personalidades históricas que compuseram e compõem a nossa Associação, que é uma entidade de classe muito importante no apoio aos colegas do MP".

Os demais integrantes do CSMP, incluindo seu presidente, o procurador-geral de Justiça Gianpaolo Poggio Smanio, e o corregedor-geral do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Paulo Afonso Garrido de Paula, aderiram ao elogio, que foi aprovado por unanimidade.

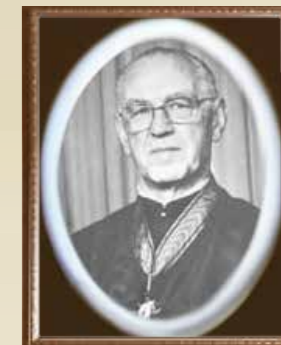
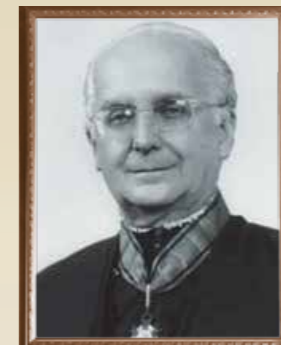
Dois ex-diretores da APMP chegaram à presidência do Tribunal de Justiça de SP

Além de Márcio Martins Ferreira e Dirceu de Mello, MP teve Nereu César de Moraes na presidência do TJ

Em seus 80 anos de história e luta, a APMP tem o orgulho de ter também dois de seus ex-diretores que chegaram à presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), depois de tornarem-se desembargadores pelo quinto constitucional: Márcio Martins Ferreira e Dirceu de Mello. Outro presidente do TJ paulista oriundo do Ministério Público foi Nereu César de Moraes.

Márcio Martins Ferreira (1907-1993) nasceu em Franca (SP), formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e no mesmo ano ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Na APMP, foi 2º secretário por dois mandatos consecutivos [1949-1952] e depois 1º secretário [1953-1956]. Chegou ao cargo de procurador de Justiça em 1950. Entre 1955 e 1956, Márcio Martins Ferreira foi procurador-geral de Justiça [como destacamos em "APMP HISTÓRICA" nº 2]. Ainda em 1956, tornou-se desembargador do TJ, do qual foi 1º vice-presidente [biênio 1966-1967], presidente [1968-1969] e corregedor-geral da Justiça [1974-1975].

PRESIDENTE DA APMP - Nascido em Itapetininga (SP) em 1929, Dirceu de Mello também graduou-se pela Faculdade de Direito da USP. Ingressou no MPSP em 1954. Como promotor de Justiça,



A partir da esquerda, os retratos de Márcio Martins Ferreira, Dirceu de Mello e Nereu César de Moraes

destacou-se por sua atuação no combate ao Esquadrão da Morte, junto com Hélio Bicudo [leia sobre o assunto na página 12 desta edição]. Na APMP foi 2º secretário [1965-1966] e 1º vice-presidente [1967-1968].

Na segunda participação na entidade de classe, Dirceu de Mello acabou sendo o presidente de fato, como relembrou o procurador de Justiça aposentado Antônio Visconti, um dos atuais assessores especiais da Presidência da APMP, no livro "Memórias dos Aposentados do MPSP" (publicado pela Associação em 2014): "Alceu Arruda foi eleito [presidente da Associação, gestão 1967-1968], mas teve problema de doença, praticamente não exerceu. Dirceu de Mello é que cuidava. E a APMP teve papel importante na defesa da equiparação [do MP com a Magistratura] no Supremo [Tribunal Federal]".

"Era uma época de grande apreensão para os promotores, em geral, por força da equiparação dos vencimentos", detalhou Dirceu de Mello,

em 2011, em entrevista gravada em vídeo para o Memorial do MPSP. "A questão foi para o STF. (...) Tivemos que contratar um grande advogado. (...) Fomos bem sucedidos no STF", contou o ex-diretor da APMP.

Dirceu de Mello, já como procurador de Justiça, regularmente afastado, exerceu entre 1975 e 1979 a chefia de Gabinete da Secretaria da Justiça do Estado. No TJSP foi 2º vice-presidente [1994-1995], 1º vice-presidente [1996-1997] e presidente [1998-1999]. Foi juiz do Tribunal de Alçada Criminal (1979 e 1981) e reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008 a 2012).

Nereu César de Moraes (1924-2015), assim como Dirceu de Mello, nasceu em Itapetininga e formou-se em Direito pela USP. Integrou o MPSP de 1948 a 1967. Em 1965, foi promovido a procurador de Justiça. De 1955 a 1963 foi secretário do governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Mais tarde, foi juiz do Tribunal de Alçada e presidente do TJSP (1988 a 1989).

Fotos: Reprodução/Site do TJSP

Mulheres ocupam postos diretivos na Associação há mais de quatro décadas

Luzia Galvão foi a 1ª diretora mulher da APMP, em 1975, seguida por Maria José Del Papa Zacharias (1979), Tilene de Camargo Penteado (1981) e Tilene Almeida de Moraes (1983)

Em seus 80 anos de história e luta, a APMP também abriu espaço para as mulheres do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) ocuparem postos diretivos. Há mais de quatro décadas a entidade de classe tem promotoras e procuradoras de Justiça em sua diretoria e, em 2014, criou o Departamento APMP Mulher [leia texto ao lado]. Na chapa eleita para dirigir a APMP no biênio 2017-2018 estão Cyrdêmia da Gama Botto, diretora do Departamento de Aposentados [desde 2013, e já havia sido assessora da Presidência entre 2004 e 2006], Fabiola Moran Faloppa, 2ª tesoureira [que foi diretora do Departamento de Patrimônio entre 2013 e 2018], Paula Castanheira Lamenza, diretora dos Departamentos de Relações Públicas e de Convênios, Eventos e Cerimonial [desde 2013], e Fabiana Dal'Mas Rocha Paes, conselheira fiscal [e uma das diretoras da APMP Mulher].

A primeira diretora mulher da Associação foi Luzia Galvão Lopes da Silva, no biênio 1975-1976, na gestão do presidente João Lopes Guimarães. Naquele período, foi diretora de Patrimônio. Em seguida, entre 1977 e 1978, foi diretora de Relações Públicas. O pioneirismo marca sua carreira: duas décadas depois, em 1997, já atuando na Magistratura, Luzia Galvão tornou-se a primeira desembargadora do Estado de São Paulo. Formada pela Faculdade de Direito Mackenzie,



Fabiana Dal'Mas Rocha Paes e Fabiola Faloppa

em 1964, foi uma das primeiras mulheres a ingressar no MPSP, em 1967, e a primeira promotora a fazer parte do Tribunal do Júri. Em 1989, deixou o MP e ingressou na Magistratura, tornando-se juíza do 2º Tribunal de Alçada Civil. Foi presidente do tribunal três vezes.

Cabe aqui, para destacar a iniciativa pioneira da APMP em 1975, o registro de que, na Administração Superior do MPSP, somente 12 anos depois, em 1987, a chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) foi assumida pela primeira vez por uma mulher, Tilene Almeida de Moraes (1943-2003). Figura relevante na história da Instituição, a procuradora de Justiça Tilene de Moraes foi a quarta mulher a integrar a diretoria da Associação, como 1ª tesoureira – por três gestões seguidas, de 1983 a 1988, período em que garantiu suporte material para os promotores e procuradores de Justiça paulistas que atuaram decisivamente para a nova configuração do Ministério Público na Constituinte (o assunto será abordado



Cyrdêmia da Gama Botto e Paula Lamenza

em “APMP HISTÓRICA – O valor do Promotor de Justiça” nº 4). Ela foi também, na APMP, diretora de Vencimentos e Aposentados e de Vencimentos e Proventos, entre 2000 e 2003.

“Tilene Almeida de Moraes ingressou no MPSP em 1967, foi a sexta mulher a ingressar na Instituição no Estado. Teve papel institucional e administrativo muito importante no MPSP e também na APMP, da qual foi tesoureira.



Luzia Galvão e Nair Ciochetti de Souza

Na PGJ, foi a primeira chefe de Gabinete de dois procuradores-gerais e fez parte do CSMP [Conselho Superior do Ministério Público], resume Karina Santos de Oliveira, historiadora do Memorial do MPSP, em vídeo produzido pela Instituição.

No MPSP, apenas em 1989 uma mulher integrou pela primeira vez a Banca de Concurso de Ingresso à Carreira, a procuradora de Justiça Isabela Gama de Magalhães Gomes, e, em



Tilene Almeida de Moraes (falecida em 2003)

1991, a Corregedoria-Geral teve a primeira assessora mulher, a (então) promotora de Justiça Eliana Leonel Ferreira Mortari (que havia sido uma das diretoras da Sede Campestre na APMP, entre 1987 e 1988). Voltando à entidade de classe, depois de Luiza Galvão, sua segunda diretora mulher foi Maria José Del Papa Zacharias, que foi a 1ª secretária no biênio 1979-1980. Foi uma das primeiras mulheres a ingressar no

MPSP, em 1954, e aposentou-se como procuradora de Justiça em 1981. Uma de suas contemporâneas, a procuradora de Justiça aposentada Nair Ciochetti de Souza, é assessora especial da Presidência da APMP.

No biênio 1981-1982, como 2ª tesoureira, Tilene de Camargo Penteado foi a terceira mulher a integrar uma diretoria da Associação. Outras pioneiras foram Flora Maria Borelli Gonçalves, diretora de Jurisprudência e Legislação de 1985 a 1986; Vera Lúcia Nogueira Franco, diretora de Relações Públicas de 1987 a 1988; Eliana Leonel, Eliana Montemagni e Marina Pedranzini, diretoras da Sede Campestre de 1987 a 1988; Maria Dolores V. L. Marchiori, diretora cultural de 1989 a 1990; e Renata Helena P. Gobbet, diretora de Jurisprudência Civil entre 1989 e 1990.

Inovação: entidade de classe criou a APMP Mulher em 2014

Em agosto de 2014, nas comemorações dos oitos anos da Lei Maria da Penha, de enfrentamento à violência contra as mulheres, a entidade de classe criou o Departamento APMP Mulher, com o objetivo de ampliar a representatividade feminina e de promover ações pela igualdade de gênero. Atualmente, a APMP Mulher tem como diretoras as promotoras Celeste

Leite dos Santos (que é, também, uma das diretoras do Departamento de Convênios e Eventos e coordenadora-geral dos Grupos de Estudos do MPSP), Daniela Hashimoto, Fabiana Dal'Mas Rocha Paes (que integra ainda o Conselho Fiscal da Associação), Fabíola Sucasas Negrão Covas e Maria Gabriela Prado Manssur.

O departamento promove atividades voltadas ao empoderamento das mulheres

e ao combate da violência, além de promover ações de interesse cultural, de lazer e de qualidade de vida. A APMP Mulher já publicou dois livros, “Mulheres: sua história no MPSP” e “As especialistas”, com depoimentos de promotoras e procuradoras de Justiça, advogadas e magistradas. Em 2018, Gabriela



Fabíola Sucasas Negrão Covas, Celeste Leite dos Santos, Gabriela Manssur, Fabiana Dal'Mas Rocha Paes e Daniela Hashimoto

Manssur foi nomeada para a Comissão Nacional de Mulheres da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Grupos de Estudos do MP se consolidaram com o apoio e o patrocínio da APMP

Reuniões para debate dos grandes temas da Instituição surgiram por iniciativa da classe, em 1967; dos 35 coordenadores gerais dos GEs, 28 foram ou são diretores da Associação

O capítulo 10 do Estatuto da APMP diz, em seu artigo 53: “A diretoria fornecerá apoio e infraestrutura material e humana aos ‘Grupos de Estudos dos membros do Ministério Público’ e à sua coordenação, viabilizando suas reuniões e seminários”. O patrocínio, oficializado, resume a importância que a Associação sempre deu aos Grupos de Estudos (GEs), uma iniciativa voluntária da classe, em 1967. Um dado que ilustra o papel da APMP é que, dos 35 coordenadores-gerais que os GEs tiveram até hoje, de 1972 para cá, 27 foram ou são diretores da Associação, incluindo três de seus presidentes, José Carlos Cosenzo, Júlio Francisco dos Reis e Luiz Antonio Fleury Filho.

Júlio César Ribas (1930-2000), o primeiro coordenador-geral dos GEs, em 1972, seria 1º tesoureiro e 2º vice-presidente da APMP de 1973 a 1976. E a atual coordenadora-geral, Celeste Leite dos Santos, é uma das diretoras da APMP Mulher [leia nas páginas 4 e 5 desta edição] e de Convênios e Eventos da Associação.

ORIGEM DOS GEs – Material sobre os GEs compilado em CD-Rom pela APMP em 2006 registra: “Em abril de 1967 falecera o Dr. Mário de Moura e Albuquerque [presidente da Associação de 1953 a 1956 e procurador-geral de Justiça de 1956 a 1957 e em 1964], então procurador de



Júlio César Ribas, 1º coordenador geral dos GEs



Antonio Visconti, um dos fundadores, em 1967

Fotos: Acervo APMP/ Reprodução



A 1ª palestra teve Cândido Rangel Dinamarco



Paulo Frontini também proferiu a 1ª palestra

Justiça e membro do Conselho Superior do Ministério Público (...). Naquela época, os meios de comunicação com a capital tornavam mais longínquas as cidades localizadas no Oeste do Estado e, por isso, os promotores da região Noroeste se reuniram em Bauru para participar de missa de sétimo dia”.

José Fernando da Silva Lopes, procurador de Justiça aposentado, ex-diretor da APMP de Vencimentos e Aposentados [2000-2002], de Vencimentos e Proventos [2002-2004] e assessor da Pre-

sidência [2004-2006], detalhou no citado livro “Memórias dos Aposentados do MPSP”: “Éramos 17 que fizemos a missa e saímos para almoçar. Eu não pude ficar para o almoço (...), onde se deliberou que devíamos fazer com mais frequência aquela reunião para encontrar um rumo para as nossas carreiras. (...) Então o Grupo Mário de Moura Albuquerque passou a discutir isso e mais coisas (...). Continuamos discutindo coisas extremamente importantes, como, por exemplo, o papel do MP na ordem jurídica”.



Grupo que promotores de Justiça que idealizaram e criaram os GEs, em 1967, em foto daquela ocasião



2ª palestra teve Damásio Evangelista de Jesus



Roberto de Almeida Costa, coordenador em 1997

No mesmo livro, o procurador de Justiça aposentado Antonio Visconti, ex-conselheiro fiscal [de 1973 a 1976] e um dos atuais assessores especiais da Presidência da APMP, acrescentou: “Um dia apareceu lá [no município de Duartina] o Ribas [Júlio César Ribas, promotor de Justiça, 1º tesoureiro e 2º vice-presidente da APMP entre 1973 e 1976], viatura, escrivão e delegado para fazer inquérito. Começou uma história de que ele [Ribas] seria afastado [de determinado caso, envolvendo um médico]. Fomos em 15

promotores [apoiá-lo], aquilo repercutiu bastante. (...) Ali nasceu a ideia de se fazer o Grupo de Estudos”.

Os promotores de Justiça que idealizaram e criaram os GEs: Antonio Visconti, Cândido Rangel Dinamarco, Célio Sormani, Damásio Evangelista de Jesus, Fernando Almeida Prado, Fernando Luiz Gonçalves Ferreira, Herberto Magalhães Silveira Júnior [que seria 2º vice-presidente da APMP e diretor do Departamento Cultural entre 2008 e 2012], Júlio César Ribas, Luiz Gonzaga Machado, Marcelo Fortes Barbosa, Nel-

son Lapa [atual diretor adjunto do Conselho de Administração da Regional de Araçatuba da APMP], Paulo Norberto Arruda de Paula [ex-conselheiro fiscal e um dos atuais diretores do Departamento de Aposentados da Associação], Paulo Salvador Frontini [PGJ de 1983 a 1987, 1º vice-presidente da APMP de 1971 a 1972 e conselheiro fiscal de 1981 a 1982], Renato Guimarães Júnior, Sérgio Silveira e Tomaz Mituo Shintate.

Quando os GEs completaram 30 anos, a APMP Revista nº 9 registrou: “No dia 16 [de agosto de 1997], em Bauru (SP), durante o XXV Seminário dos Grupos de Estudos, foram homenageados os colegas Júlio César Ribas, primeiro coordenador geral dos Grupos de Estudos, Cândido Rangel Dinamarco e Paulo Salvador Frontini, responsáveis pela primeira palestra oficial”. Damásio Evangelista de Jesus e o Luiz Gonzaga Machado proferiram a segunda palestra.

APOIO DA APMP – Naquela ocasião, Roberto Antonio de Almeida Costa, coordenador geral dos GEs em 1997 – que, na APMP, seria diretor de Apoio Funcional [1998-2000], de Defesa das Garantias Funcionais [2000-2002], suplente do Conselho de Administração da Barra Funda [2002-2004] e diretor de Publicações [2004-2006] – ressaltou: “Enalteçemos o apoio da APMP, a qual nunca mediu esforços no patrocínio dos Grupos de Estudos”.

Seminários Jurídicos dos Grupos de Estudos mobilizam a classe há 45 anos

APMP patrocina, organiza e realiza eventos desde a 1ª edição, em 1973, em Águas de Lindóia (SP); em 2018, 46º Seminário será realizado na cidade paranaense de Foz do Iguaçu

Depois da criação dos Grupos de Estudos (GEs), o próximo passo dos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) seria a realização de um grande evento anual para mobilizar a classe e aprovar teses surgidas nas palestras dos GEs. Isso se concretizou em 1973, com a realização do 1º Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos, no Hotel Tamoyo, em Águas de Lindóia (SP). E, desde essa primeira edição, a APMP assumiu a responsabilidade de patrocinar, organizar e realizar os eventos. Em 2018, a 46ª edição do encontro será realizada em Foz do Iguaçu (PR).

“Os Grupos de Estudos precederam os Seminários, e dependeu muito tempo da visão do presidente da APMP da época, porque a Associação sempre apoiou estes grupos. Eles visavam refletir sobre os problemas do Ministério Público”, afirma o procurador de Justiça aposentado João Benedito de Azevedo Marques, um dos assessores especiais da Presidência da APMP [desde 2015], em depoimento presente no livro “Memória dos Aposentados do MPSP” (publicado pela entidade de classe em 2014).

Na mesma obra, o procurador de Justiça aposentado Bernardo Ferreira Fraga, que na Associação foi 2º tesoureiro [1987-1988], 1º tesoureiro [1989-1990] e diretor do Departamento de Aposentados [2006-2008], acrescenta: “Nós [da APMP]

passamos a administrar institucionalmente os GEs e passamos a fazer os seminários de finais de ano voltados para as teses desenvolvidas. (...) Os grupos, por si só, não sobreviveriam. Eles não tinham receita (...). A APMP começou então a fazer estes pagamentos, depois fazendo o seu aporte, e aí os grupos seguiram”.

A realização do 1º Seminário Jurídico teve grande repercussão – sendo noticiada em jornais como *Folha de S.Paulo* e *Correio Popular* – e mereceu Voto de Louvor na Assembleia Le-



Edição de 1999: Paulo Álvaro Chaves Martins Fontes (corregedor na época), Luiz Antônio Guimarães Marrey (PG), Fernando de Andrade Martins (coordenador dos GEs) e José Juarez Staut Mustafa (presidente da APMP na época)

gislativa de São Paulo (Alesp), proposto por José Felício Castellano, deputado estadual da Arena. “Deveriam ser infundáveis os aplausos dirigidos por toda a população paulista à APMP, pela sua oportuna e corajosa decisão”, discursou, na ocasião, o parlamentar (segundo Diário Oficial do Estado de 29/11/1973). “A reunião dos ilustres componentes que vão estudar e discutir as importantes teses (...) é um grande passo



Cartaz do primeiro Seminário Jurídico, de 1973

que dá a Cultura Jurídica de São Paulo”, acrescentou Castellano.

Depois do 1º Seminário Jurídico, em 1973, outras oito edições voltariam a ser realizadas em Águas de Lindóia, em 1975, 1977, 1978, 1980, 1985, 1986, 1988 e 1994. A segunda edição, em 1974, e a sétima, em 1979, ocorreram em Águas de São Pedro (SP). Já o 4º Seminário Jurídico, em 1976, foi realizado em Serra Negra (SP). Nesta ocasião, um tema de

Fotos: Acervo APMP



No 1º Seminário Jurídico, em 1973: Antonio Luiz Ribeiro Machado (1929-1987), Gil de Almeida, Geraldo Macarani Bego (1926-2012) e suas esposas. Almeida foi 1º secretário (de 1973 a 1976), 2º vice-presidente (1977-1978) e 1º vice-presidente (1979-1980) da APMP; Bego foi conselheiro fiscal (1969-1970)



Em 2005, Rodrigo César Rebello Pinho compareceu, como procurador-geral de Justiça, ao XXXIII Seminário Jurídico dos GEs, na Ilha de Comandatuba, município de Una (BA)

relevância provocou polêmica no encontro: a independência funcional. Hugo Nigro Mazzilli, hoje procurador de Justiça aposentado, ex-presidente da APMP [no ano de 1990], foi convidado a apresentar naquele evento sua tese “O Ministério Público no Processo Penal – Postura institucional e hierarquia”.

Ele relembra, no livro “Memórias dos Aposentados do MPSP”: “[No IV Seminário



A partir da esquerda: Antônio Carlos da Ponte, diretor da ESMP, Paulo Penteado, 1º secretário da APMP, Gianpaolo Smanio, procurador-geral, e José Oswaldo Molineiro, presidente da Associação, durante o XLV Seminário Jurídico, em 2017

Jurídico] em Serra Negra, em 1976 (...), eu sustentei (...) que os promotores tinham até o direito de resistência contra o procurador-geral se ele tentasse remover um promotor titular das suas funções legais. Aquilo foi para votação no plenário. E nós ganhamos”, espanta-se, décadas depois, Hugo Nigro Mazzilli - que na APMP além de presidente, foi conselheiro fiscal suplente [1981-1982], 1º vice-presidente [1987-1990]

em Serra Negra, em 1976 (...), eu sustentei (...) que os promotores tinham até o direito de resistência contra o procurador-geral se ele tentasse remover um promotor titular das suas funções legais. Aquilo foi para votação no plenário. E nós ganhamos”, espanta-se, décadas depois, Hugo Nigro Mazzilli - que na APMP além de presidente, foi conselheiro fiscal suplente [1981-1982], 1º vice-presidente [1987-1990]

e diretor do Departamento de Informática [1991-1992].

A partir da década de 1980, várias edições do Seminário Jurídico foram realizadas em outros Estados. Em Minas Gerais, houve encontros em Poços de Caldas (em 1981 e em 1982), em São Lourenço (em 1983 e em 1984) e em Caxambu (em 1987 e em 1991). “Fui eleito diretor da nossa querida APMP e tive a honra de organizar muitos Seminários Jurídicos”, conta, no livro “Memórias dos Aposentados do MPSP”, Moacyr Antonio Ferreira Rodrigues, procurador de Justiça aposentado, ex-conselheiro fiscal e ex-diretor de Patrimônio da APMP [1983-1984] e ex-1º vice-presidente [1985-1986].

O Estado do Rio de Janeiro sediou o Seminário Jurídico em Mangaratiba, em 1996, e em Angra dos Reis, em 2002, 2004 e 2013. No Nordeste, foram realizados os eventos de 2005, na Ilha de Comandatuba (município de Una, Bahia); de 2006, em Trancoso (BA); de 2012 e de 2014, em Porto de Galinhas (PE); e os de 2009, 2010, 2011 e de 2017, em Mata de São João (BA). Mas o Estado de São Paulo não deixou de ter preferência: no interior, Barra Bonita recebeu três encontros (1989, 1990 e 1992) e outras edições foram sediadas por Bauru (1997), Itu (1999), Ribeirão Preto (2000), Amparo (2001) e Lins (2003). Já no litoral, Guarujá recebeu o Seminário Jurídico quatro vezes, em 2007, 2008, 2015 e 2016.

Escola Superior do Ministério Público teve APMP como apoio e primeira ‘sede’

Inicialmente, Conselho que dirige o Ceaf/ESMP tinha o presidente da Associação entre seus integrantes; Escola iniciou atividades com espaço e escrivania na Sede Executiva da APMP

Com 30 anos completos em outubro de 2017, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público (Ceaf/ESMP) surgiu para aprimorar os membros da Instituição. Desde o início, a APMP teve papel importante em sua consolidação. Em 2007, quando a Escola comemorou 20 anos, notícia publicada no site do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) lembrou: “Na gestão de Cláudio Ferraz de Alvarenga à frente da Procuradoria-Geral de Justiça [PGJ] surgia a ‘Fundação Escola Paulista do Ministério Público’, instituída pela APMP, então presidida por Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo”. Vale lembrar que Ferraz de Alvarenga, PGJ de 1987 a 1990, foi presidente da APMP no biênio 1981-1982 [e 2º secretário de 1973 a 1974]; e Dal Pozzo, PGJ de 1990 a 1993, presidiu a entidade de classe entre 1987 e 1990 [e foi diretor de Patrimônio entre 1981 e 1982].

A notícia do MPSP detalhou: “Criado pelo Decreto nº 27.422, de 05/10/1987, o Centro de Estudos do MPSP, mais tarde conhecido pelo nome fantasia de ‘Escola Superior do MPSP’, inicialmente era uma unidade administrativa da PGJ, dirigida por um conselho integrado pelo procurador-geral, pelo presidente da APMP, pelo corregedor, por um membro do Colégio de Procuradores, por um membro do Conselho Superior e por dois promotores da

1ª instância”. Atualmente, segundo o artigo 9º do Regimento Interno do Ceaf/ESMP, seu Conselho é composto pelo PGJ, pelo corregedor, por um membro do Órgão Especial, um do CSMP, um do MPSP de 2ª instância (não integrante do Órgão Especial e do CSMP) e por dois membros de 1ª instância (um da capital e outro do interior).

O primeiro diretor do Ceaf/ESMP, que o comandou de 1988 a 1991, foi José Emmanuel Burle Filho [que seria PGJ de 1994 a 1996 e que, na APMP, foi

1º secretário entre 1985 e 1986]. É ele quem conta, no livro “Memórias dos Aposentados do MPSP” (publicado pela APMP em 2014): “Dr. Cláudio Alvarenga me chamou e falou: ‘Burle, você vai ser o diretor da Escola do Ministério Público’. (...) Na



Burle Filho foi o 1º diretor da ESMP



Como PGJ, Alvarenga criou a Escola



Pazzagliani Filho foi diretor da APMP



Herberito Magalhães foi corregedor

Fotos: Acervo APMP/ Site do MPSP/ Reprodução



Dal Pozzo presidia a APMP em 1988



Irahy Baptista de Abreu, 2º diretor



Gonzaga foi dirigente da Associação



APMP teve Sarrubbo como diretor

ESMP, na verdade, nós não tínhamos nada. (...) Inicialmente, o arquivo da Escola era meu paletó e minha pasta. Eu não tinha uma sala, uma cadeira, nada. Durante um tempo, a APMP me deu um lado de uma escrivania, com

consegui instalar uma sede própria. Demos o primeiro curso para os promotores”, afirma Irahy Baptista de Abreu [que foi corregedor-geral de 1985 a 1987], em depoimento ao citado livro “Memórias dos Aposentados do MPSP”.

três gavetas, e depois me deu uma escrivania completa”.

Depois de Burle Filho, o Ceaf/ESMP foi dirigido conjuntamente por Irahy Baptista de Abreu e Walter de Abreu Garcez. “Era uma salinha na [rua] Líbero Badaró. Com o apoio da APMP,

Além de Burle Filho, outros quatro dos 13 diretores que o Ceaf/ESMP teve até hoje integraram diretorias da APMP: Marino Pazzagliani Filho [diretor de Relações Públicas da de 1975 a 1976 e assessor especial da Presidência desde 2015]; Herberito Magalhães da Silveira Junior [diretor do Departamento Cultural de 2011 a 2012, 2º vice-presidente de 2008 a 2010 e assessor especial da Presidência desde 2015, além de corregedor do MPSP de 1995 a 1996]; Nelson Gonzaga de Oliveira [diretor de Esportes de 1989 a 1990, de Relações Públicas de 1993 a 1994 e assessor de Presidência de 2004 a 2006 – e corregedor do MPSP de 2011 a 2014]; e Mário Luiz Sarrubbo [diretor adjunto de Eventos Especiais de 1993 a 1994, diretor de Publicações de 1995 a 1996 e de 2002 a 2004, diretor de Patrimônio de 1998 a 2000 e de 2004 a 2006, membro do Conselho Editorial da APMP Revista de 2000 a 2004, e 2º tesoureiro de 2000 a 2002].

Parceria institucional viabiliza projetos, cursos, eventos e publicações para membros do MP

Desde sua criação, o Ceaf/ESMP mantém com a APMP uma parceria institucional que viabiliza projetos, cursos, eventos e publicações para os membros do MPSP. Em 2018, por exemplo, as entidades realizaram conjuntamente o 1º Seminário Hispano-Brasileiro de Direito Processual Penal, na

Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid, na Espanha, a partir de acordo firmado pelo presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, e o diretor da ESMP, Antonio Carlos da Ponte.

Também com o apoio da Associação, a Escola Superior organiza edições do Congresso do Júri – como a que foi re-

alizada em 2016 em Águas de Lindóia (SP). A APMP publica em livro as teses desse evento, assim como fez com os trabalhos do Congresso Criminal, em 2017. Outra atividade conjunta é a apresentação que a entidade de classe faz aos novos promotores de Justiça substitutos na sede do Ceaf/ESMP, durante o Curso de

Adaptação (foi feita em 2018 aos aprovados no 92º Concurso de Ingresso ao MPSP).

Outros eventos recentes da ESMP que tiveram apoio da APMP foram: “Estatuto do Desarmamento - Discussões a partir da Resolução nº 156/16-CNMP”; “Mulheres no Ministério Público” (com transmissão online pelo site da Associação);



José Oswaldo Molineiro e Antônio Carlos da Ponte firmam acordo para evento na Espanha

e “Universalidade e Espaços de Violência Contra a Mulher”.

Associação deu apoio a promotores perseguidos pela ditadura militar

Cinco membros do MP de São Paulo tiveram a aposentadoria compulsória decretada

Na reportagem “O Ministério Público nos anos de chumbo”, capa da *APMP Revista* nº 58 (de 2014), Darcy Paulillo dos Passos, um dos promotores de Justiça aposentados compulsoriamente pelo regime militar [e diretor do Departamento de Vencimentos e Aposentados da *APMP* no biênio 2000-2002], contabilizou: “Éramos 400 membros e, deste total, 100 tiveram de mudar de comarca após o golpe militar e 30 foram fortemente investigados, o que dá 25% do total. Cinco foram cassados, e eu fui um deles”. Os outros promotores aposentados compulsoriamente entre 1964 e 1968 foram Antonio Pacheco Mercier, Chopin Tavares de Lima, Luiz Carlos Alves de Souza e Plínio de Arruda Sampaio.

Na época, a *APMP* procurou dar apoio aos membros do MP perseguidos e seus parentes. Quem conta é João Lopes Guimarães, procurador de Justiça aposentado, que era o 2º vice-presidente da *APMP* no biênio 1965-1966 [e seria o presidente entre 1975 e 1976], em depoimento concedido ao *Memorial do MPSP* em 2011: “Infelizmente, nós tivemos a cassação de alguns colegas e eu propus - isso está em ata da Associação - que a nossa entidade de classe deveria procurá-los ou a família para dizer se precisava de alguma



À esquerda, a diretora Cyrdêmia Botto com Darcy Paulillo dos Passos; à direita, João Lopes Guimarães

coisa. Houve colegas que nós chegamos a ajudar financeiramente, com empréstimos (...). Nem sei se cobrávamos juros ou não, mas ajudamos”.

O procurador aposentado acrescenta: “Eu, com alguns outros colegas, visitamos a esposa do Plínio [de Arruda Sampaio], a D. Marieta. Procurei na ocasião, também, em nome da *APMP*, outros colegas: o Luiz Carlos [Alves de Souza], em Limeira, e o Darcy [Paulillo dos Passos], em Araras”. Em entrevista publicada

na revista *APMP em Reflexão* nº 1, em 2004, Darcy Paulillo dos Passos recordou: “A *APMP* prestou uma homenagem a todos os colegas cassados, como eu. A cerimônia se realizou em fevereiro de 1986, numa iniciativa do presidente da *APMP* [na época], Luiz Antonio Fleury Filho, e do procurador-geral Paulo Frontini. Foi um gesto de grande coragem destes dois líderes do Ministério Público, porque a época ainda era de transição para o regime democrático”.

Hélio Bicudo integrou diretoria da APMP

Um dos casos mais emblemáticos do MPSP no período do regime militar foi o enfrentamento ao “Esquadrão da Morte”, organização paramilitar que perseguia e matava supostos criminosos. A primeira ação contra o grupo foi do (então) promotor de Justiça Hélio Pereira Bicudo - que, hoje, aos 96 anos, é procurador de Justiça aposentado. Junto com ele, neste caso, atuou



Hélio Bicudo enfrentou 'Esquadrão da Morte'

Dirceu de Mello (leia na página 3 desta edição). Na *APMP*, Hélio Bicudo foi 1º secretário por duas vezes, nos biênios 1957-1958 e 1959-1960.